



**Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade
para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de Leiria dos Maiores
de 23 Anos - 2024**

**Prova escrita de conhecimentos específicos
de História**

Instruções gerais

- 1.** A prova é constituída por **4 (quatro) grupos de questões obrigatórias**.
- 2.** A duração da prova é de **2 horas**, estando prevista uma tolerância de 30 minutos;
- 3.** Só pode utilizar para elaboração das suas respostas e para efetuar os rascunhos as folhas distribuídas pelo docente vigilante, salvo se previsto outro procedimento;
- 4.** Não utilize qualquer tipo de corretor. Se necessário risque ou peça uma troca de folha;
- 5.** Não é autorizada a utilização de quaisquer ferramentas de natureza eletrónica (telemóvel, *ipad*, computador portátil, leitores/gravadores digitais de qualquer natureza ou outros não especificados), exceto máquina de calcular para realizar cálculos e obter representações gráficas de funções, devidamente autorizadas.
- 6.** Deverá disponibilizar ao docente que está a vigiar a sala, sempre que solicitado, um documento válido de identificação (cartão de cidadão, bilhete de identidade, carta de condução ou passaporte);
- 7.** A seguir ao número de cada questão encontra entre parênteses a respetiva cotação.

GRUPO 1

Doc. 1 – Os Concelhos em Cortes

“Lisboa, 1352. Pela quarta vez no seu reinado, Afonso IV estava reunido com os três estados da sociedade portuguesa. Os povos apresentavam-lhe um problema: os concelhos sentiam-se agravados, porque o rei vinha a nomear juízes de fora para alguns deles. Acontece que as comunidades locais tinham o privilégio de eleger anualmente os seus próprios juízes ordinários. Para além disso, as autarquias tinham muitas despesas, às quais então acrescia o pagamento do salário dos juízes do rei. Por estes dois motivos, pediam ao monarca que deixasse de nomear juízes de fora. A existência dos juízes de fora era vista como sendo incompatível com a dos juízes de foro [juízes locais], colocando em causa os privilégios locais. Ao contrário do que acontecia frequentemente, o rei não se limitou a deferir ou a indeferir este pedido e a apresentar uma resposta lacónica ou evasiva. O monarca alegou que a nomeação destes oficiais não tinha como objetivo agravar as comunidades locais, mas beneficiá-las, e justificava-o com três argumentos:

- 1) Os juízes da terra tinham parentes, amigos e inimigos na comunidade. Sentiam-se condicionados e não davam tantas garantias de isenção como os juízes de fora;
- 2) Os juízes de fora eram especialmente nomeados para executarem os testamentos dos que tinham morrido devido à peste. O rei tivera notícia de que, em algumas localidades, isso não estava a acontecer devidamente;
- 3) Os juízes de fora, uma vez que também seriam pagos pelos concelhos, esforçar-se-iam por melhorar a situação financeira das autarquias, cobrando dívidas antigas e estimulando o cultivo de terras desaproveitadas.

Em suma, três argumentos que invocavam dois motivos estruturais e um conjuntural para justificar a nomeação de juízes de fora. Posto isto, qual foi a decisão de Afonso IV face ao pedido dos povos? Ao contrário do que seria de supor, o rei assentiu ao que lhe era solicitado e reafirmou o direito de os concelhos elegerem os seus próprios juízes todos os anos. Fê-lo, no entanto, em tom algo ameaçador: que esses juízes cumprissem bem a função que lhes competia; caso contrário, seriam controlados pelos corregedores.”

Diogo Faria, “Juízes indesejados? A contestação aos juízes de fora no Portugal medieval (1352-1521)”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª Série, n.º 2, 2014, pp. 22-23. (Texto adaptado)

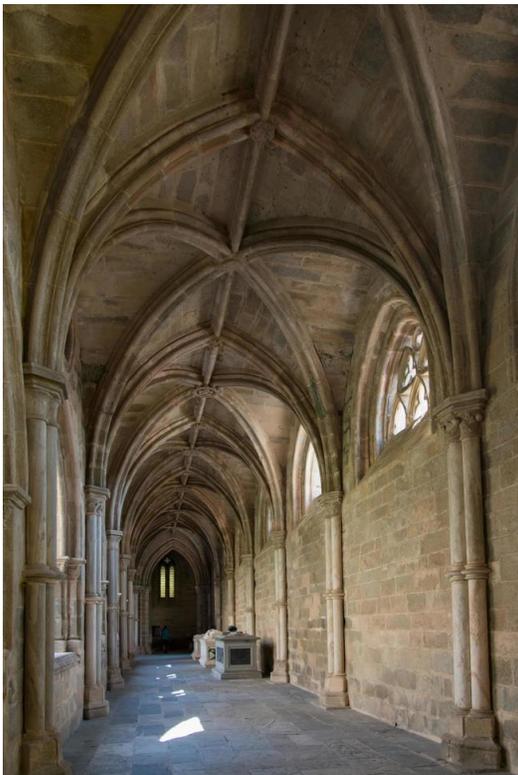
1. Analise o texto à luz das estratégias de centralização do poder régio em Portugal ao longo dos séculos XIII e XIV. Evidencie a intervenção régia no âmbito da administração local. [5,0 valores]

GRUPO 2

Doc. 2 – Fachada Principal do Mosteiro da Batalha, séculos XIV-XV



Doc. 3 – Claustro da Sé de Évora, século XIV



2. Contextualize a emergência e o desenvolvimento do Gótico e identifique os elementos característicos da arquitetura gótica presentes nos documentos 2 e 3. [5,0 valores]

GRUPO 3

Doc. 4 - Constituição Portuguesa (1822)

“EM NOME DA SANTÍSSIMA E INDIVISÍVEL TRINDADE

As Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, intimamente convencidas de que as desgraças públicas, que tanto a têm oprimido e ainda oprimem, tiveram sua origem no desprezo dos direitos do cidadão, e no esquecimento das leis fundamentais da Monarquia; e havendo outrossim considerado que somente pelo restabelecimento destas leis, ampliadas e reformadas, pode conseguir-se a prosperidade da mesma Nação e precaver-se que ela não torne a cair no abismo, de que a salvou a heroica virtude de seus filhos; decretam a seguinte Constituição Política, a fim de segurar os direitos de cada um, e o bem geral de todos os Portugueses.

TÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS DOS PORTUGUESES

CAPÍTULO ÚNICO.

ARTIGO 1

A Constituição política da Nação Portuguesa tem por objeto manter a liberdade, segurança, e propriedade de todos os Portugueses.

2. A liberdade consiste em não serem obrigados a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ela não proíbe. A conservação desta liberdade depende da exata observância das leis. [...]

4. Ninguém deve ser preso sem culpa formada, [...]

5. A casa de todo o Português é para ele um asilo. Nenhum oficial público poder entrar nela sem ordem escrita da competente Autoridade, salvo nos casos, e pelo modo que a lei determinar.

6. A propriedade é um direito sagrado e inviolável, que tem qualquer Português, de dispor à sua vontade de todos os seus bens, segundo as leis. Quando por alguma razão de necessidade pública e urgente, for preciso que ele seja privado deste direito, será primeiramente indemnizado, na forma que as leis estabelecerem.

7. A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo o Português pode conseguintemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e pela forma que a lei determinar”.

Constituição Política da Monarquia Portuguesa, 1822 (Texto adaptado)

3.1. Recorrendo ao excerto da Constituição de 1822 acima transcrito, justifique a mesma como sendo de ideologia liberal. [2,5 valores]

3.2. Justifique a seguinte afirmação: “a Carta Constitucional representava um manifesto retrocesso relativamente à Constituição de 1822.” [2,5 valores]

GRUPO 4

Doc. 5 - Os EUA e o sistema defensivo ocidental (1954)

“A ameaça que enfrentamos não é passageira. É uma ameaça que pode durar muito tempo. A nossa política deve ter isso em conta [...]. O grupo de nações submetidas ao domínio soviético [...] constitui um vasto e compacto território com uma população que se eleva a 800 milhões de habitantes [...]. A sua posição estratégica [...] dá possibilidade ao bloco soviético de utilizar com fins ofensivos as rotas do Ártico, o que coloca as nossas regiões industriais ao alcance de um ataque súbito. A ameaça que evocamos não é só de ordem militar. A Internacional Comunista põe à disposição dos dirigentes soviéticos uma rede política que se estende pelo mundo inteiro. Esta rede compreende um número considerável de agitadores treinados e apoiados por uma poderosa organização de propaganda.

Esta foi concebida para explorar o descontentamento sob todas as suas formas, quer seja o que se opõe ao colonialismo quer seja o que surge das más condições económicas.

Não é fácil gizar uma política que se possa opor a um perigo tão centralizado, tão vasto, tão variado e tão sustentado [...]. A nossa esperança está na combinação de dois princípios: a criação de uma força que seja obra de todos os membros da nossa comunidade e a utilização desta força para desencorajar qualquer agressão, por esta se revelar tão gravosa quanto possível para o próprio agressor. Para as nações livres, a pedra angular da segurança deve ser um sistema colectivo de defesa [...]: a NATO constitui a melhor concretização desta ideia”.

Discurso de Foster Dulles, Secretário de Estado dos EUA durante a presidência de Eisenhower,
em Abril de 1954 (Texto adaptado)

4. Analise o documento e insira o seu conteúdo no contexto geopolítico do tempo em que é proferido. [5,0 valores]